



**PAUTA
PARA A 109ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 14 DE AGOSTO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 721, de 2017, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a inclusão de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais públicos e conveniados que integram a rede pública estadual de saúde.

2 - Projeto de lei nº 722, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Classifica Nova Canaã Paulista como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 723, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa Bom Prato em Embu das Artes.

4 - Projeto de lei nº 724, de 2017, de autoria do deputado Coronel Telhada. Obriga todos os órgãos da administração pública estadual direta e indireta contratantes de serviços terceirizados de segurança patrimonial a fornecer cota mínima para deficientes físicos em seus editais de licitação.

5 - Projeto de lei nº 725, de 2017, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a destinação de espaço físico para exposição e comercialização de produtos da agricultura familiar e assentamentos rurais nos eventos públicos promovidos por ou em parceria com o Poder Público Estadual.

6 - Projeto de lei nº 726, de 2017, de autoria da deputada Rita Passos. Dispõe sobre a afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde, sobre a adoção de nascituro.

7 - Projeto de lei nº 727, de 2017, de autoria da deputada Rita Passos. Revoga a Lei nº 11.255, de 2002, que obriga os técnicos em prótese dentária a afixarem em seus laboratórios, de modo visível, informação quanto à proibição legal de realizarem quaisquer procedimentos odontológicos, clínicos ou cirúrgicos, a pacientes.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 706, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Determina que, nas peças publicitárias de lançamento imobiliário, conste o nome do autor do projeto arquitetônico e urbanístico.

2 - Projeto de lei nº 707, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre afixação de cartazes que tratam sobre cuidados no uso de descongestionantes nasais.

3 - Projeto de lei nº 708, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a afixação em local visível de placa informando a capacidade de lotação máxima de pessoas em recintos fechados.

4 - Projeto de lei nº 709, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a afixação, nos postos revendedores de combustíveis, de informação sobre o percentual da diferença entre os preços de gasolina e de etanol.

5 - Projeto de lei nº 710, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Optometrista.

6 - Projeto de lei nº 711, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a disponibilização de tratamento para retinoblastoma em crianças de até 5 anos em unidade hospitalar pública Estadual e unidades privadas conveniadas com o Estado.

7 - Projeto de lei nº 712, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a realização de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas estaduais.

8 - Projeto de lei nº 713, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a construção de Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente e Centro de Detenção Provisória - CDP nos municípios que sejam estâncias balneárias no Estado.

9 - Projeto de lei nº 714, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a colocação de plaquetas em Braille no interior dos táxis contendo a placa do veículo e a identificação perante o órgão fiscalizador facilitando a identificação do veículo pelos deficientes visuais.

10 - Projeto de lei nº 715, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Determina que estabelecimentos que comercializam cápsulas de café expresso disponibilizem pontos de recebimento de invólucros utilizados.

11 - Projeto de lei nº 716, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Dispõe sobre o caráter permanente da inclusão da língua inglesa na comunicação visual em placas, cartazes, mapas, painéis e a comunicação sonora das estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

12 - Projeto de lei nº 717, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Cria o "Programa de Requalificação Profissional" para o trabalhador das lavouras de cana-de-açúcar.

13 - Projeto de lei nº 718, de 2017, de autoria do deputado Jorge Caruso. Altera a Lei 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado.

14 - Projeto de lei nº 719, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Lutécia como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 720, de 2017, de autoria do deputado Junior Aprillanti. Dispõe sobre o Bilhete Único entre os Municípios do Aglomerado Urbano de Jundiá.

16 - Moção nº 60, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério do Meio Ambiente a elaboração de estudos e a adoção de providências para a instituição de uma campanha nacional com o intuito de conscientizar a população de que os primatas não são vetores da febre amarela e têm um papel essencial para o controle da doença.

17 - Moção nº 61, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de que seja posto em votação e aprovado o Projeto de Lei 7.560, de 2014, que altera a Lei 8.650, de 1993, que regulamenta a atividade de treinador de futebol e auxiliares técnicos.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 682, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia do Kenko Taissô".

2 - Projeto de lei nº 683, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Estabelece a equiparação dos portadores de doença renal crônica com os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais para fins de acessibilidade e oportunidades com referência ao percentual legal de vagas reservadas aos deficientes, no Estado.

3 - Projeto de lei nº 684, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga as concessionárias dos sistemas de transporte rodoviário metropolitano e intermunicipal de passageiros do Estado a promoverem campanha permanente de estímulo à doação de sangue, medula óssea e órgãos.

4 - Projeto de lei nº 685, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os hospitais públicos e privados a manterem e compartilharem entre si e com o Sistema Único de Saúde (SUS) banco de dados de informações médicas de seus pacientes.

5 - Projeto de lei nº 686, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a comercialização em Pet Shops e similares de produtos que contenham ftalatos e bisfenol A (BPA).

6 - Projeto de lei nº 687, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a inclusão de tabela de preços dos serviços profissionais, consultas, exames, terapias, procedimentos, medicamentos, insumos e imunobiológicos nas unidades de saúde privada do Estado.

7 - Projeto de lei nº 688, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia Estadual de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres".

8 - Projeto de lei nº 689, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a tradução para a língua portuguesa, na forma que menciona, dos rótulos de embalagens e das bulas dos produtos importados comercializados no Estado.

9 - Projeto de lei nº 690, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a comercialização de pó de gelatina que possua em sua composição corante artificial amarelo crepúsculo.

10 - Projeto de lei nº 691, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Garante o atendimento por policiais do sexo feminino às mulheres vítimas de violência no Estado.

11 - Projeto de lei nº 692, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre o limite máximo de tempo de atraso permitido para a entrega de imóvel adquirido antes do término da obra.

12 - Projeto de lei nº 693, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a Política de Capacitação para Atendimento ao Idoso nos órgãos públicos do Estado.

13 - Projeto de lei nº 694, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a venda de seringas descartáveis a menores de dezoito anos no Estado.

14 - Projeto de lei nº 695, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os hospitais públicos a proceder ao registro e à comunicação imediata do nascimento de crianças com Microcefalia às instituições e associações especializadas que desenvolvem atividades com pessoas com deficiência no Estado.

15 - Projeto de lei nº 696, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a alimentação de pombos domésticos em vias, praças, prédios e locais de acesso público do Estado

16 - Projeto de lei nº 697, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a cobrança diferenciada por supermercados, hipermercados e similares na venda de bebidas geladas e em temperatura ambiente.

17 - Projeto de lei nº 698, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a inclusão da disciplina "Robótica" na grade curricular das escolas estaduais de ensino fundamental do Estado.

18 - Projeto de lei nº 699, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga os aeroportos do Estado a disponibilizar funcionário para auxiliar os idosos na retirada de suas bagagens no momento do desembarque.

19 - Projeto de lei nº 700, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatório o acompanhamento de profissional Engenheiro na construção de carros e caminhões para eventos artísticos culturais e folclóricos, no Estado.

20 - Projeto de lei nº 701, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Proíbe a venda de remédios para emagrecer aos menores de 18 anos sem apresentação de prescrição médica.

21 - Projeto de lei nº 702, de 2017, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Classifica Rio Claro como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 703, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Declara Jaboticabal como "Capital do Amendoim" no Estado.

23 - Projeto de lei nº 704, de 2017, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Prefeito Luiz Antonio Melges Tinós" ao trevo localizado no km 442 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Lins.

24 - Projeto de lei nº 705, de 2017, de autoria do deputado Vaz de Lima. Dá a denominação de "Hospital de Base - Dr. Oscar de Barros Serra Dória", ao Hospital de Base em São José do Rio Preto.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 677, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Vale da Benção" ao trevo de acesso localizado no km 50 da Rodovia Castello Branco, em Araçariguama.

2 - Projeto de lei nº 678, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Pirapora do Bom Jesus como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 679, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Nilo Neto" ao dispositivo de entroncamento SPD 144/463 localizado no km 144 + 200 m da Rodovia Elyeser Montenegro Magalhães - SP 463, em Jales.

4 - Projeto de lei nº 680, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "João Francisco de Paula" ao dispositivo de acesso SPD 349/563 localizado no km 348 + 800 m da Rodovia Euphly Jalles - SP 563, em Jales.

5 - Projeto de lei nº 681, de 2017, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Espaço Mulher, em Jacareí.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 673, de 2017, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Proíbe o licenciamento, a instalação e a construção de empreendimentos que produzam gases ou elementos químicos formadores de chuva ácida em áreas localizadas até 20 km de unidades de conservação no Bioma Mata Atlântica.

2 - Projeto de lei nº 674, de 2017, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Viradouro como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 675, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a vedação da alienação de espaços territoriais estaduais especialmente protegidos - ETEEPs, salvo nas hipóteses previstas na legislação federal.

4 - Projeto de lei nº 676, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Viradouro como Município de Interesse Turístico.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 108, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia de Evangelização Global ". Parecer nº 653, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 268, de 2016, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá denominação de "Viaduto do Calcário José Vitti" ao viaduto localizado no km 10,5 da Rodovia Fausto Santomauro - SP 127, que interliga os Municípios de Rio Claro e Piracicaba. Parecer nº 605, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 380, de 2016, de autoria do deputado Welson Gasparini. Dá a denominação de "Vereador José Velloni" à Escola Estadual Jardim Monte Carlo, em Ribeirão Preto. Parecer nº 634, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 670, de 2016, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "José Candido Carneiro" ao dispositivo de acesso que liga os Municípios de Uru e Pongaí à Rodovia SP 333, em Pongaí. Parecer nº 606, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 866, de 2016, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Clóvis Antonio Pereira de Araújo" ao dispositivo de acesso e retorno localizado no km 7+500m da Rodovia Maurílio Biagi - SPA 343/322, em Pontal. Parecer nº 607, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 93, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia do Adventista".

2 - Projeto de lei nº 384, de 2016, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública a "Liga Taquaritinguense de Voleibol Adaptado da Melhor Idade, Cultura e Esporte - LTVAMI", em Taquaritinga.

3 - Projeto de lei nº 530, de 2016, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mairinque", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 606, de 2016, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Declara de utilidade pública o "Ituano Motor Sport Club", em Itu.

5 - Projeto de lei nº 733, de 2016, de autoria do deputado Coronel Telhada. Institui o "Dia Estadual do Abutre's Moto Clube do Brasil".

6 - Projeto de lei nº 769, de 2016, de autoria do deputado Coronel Telhada. Institui o "Dia do Moto Clube".

7 - Projeto de lei nº 817, de 2016, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara de utilidade pública a "Associação Centro Terapêutico Lapidar", em Atibaia.

8 - Projeto de lei nº 892, de 2016, de autoria do deputado Coronel Telhada. Institui o "Dia do Escotismo" no Estado.

9 - Projeto de lei nº 911, de 2016, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia da Música Caipira".

10 - Projeto de lei nº 285, de 2017, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública o "Grupo Espírita Amor e Caridade - GEAC", em Artur Nogueira.

11 - Moção nº 81, de 2016, de autoria do deputado Igor Soares. Aplauda o apresentador Senor Abravanel - Silvio Santos, pelo importante trabalho difusor da comunicação que incendeia de esperança e alegria o coração de todos nós.

12 - Moção nº 1, de 2017, de autoria do deputado Luiz Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a imediata adoção dos estudos e das providências que se fizerem necessárias, a fim de garantir o ingresso de milhares de jovens ao FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), com a ampliação do número de vagas ofertadas para todos os cursos superiores.

13 - Moção nº 7, de 2017, de autoria da CPI Merenda. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Educação - FNDE a elaboração de estudos e adoção de providências, no sentido de que sejam introduzidas modificações nas normas que dispõem sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para aprimoramento e fortalecimento da fiscalização no processo de chamadas públicas de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.